

Comissão de Promoção
de Igualdade Racial
e Diversidade

Mapeamento de Grupos Étnicos nas Zonas Eleitorais do Maranhão



Comissão de Promoção de Igualdade Racial e Diversidade

Juíza Rosângela Santos Prazeres Macieira
Coordenadora Institucional da Comissão de Igualdade Racial e Diversidade

Leida Lígia R. Ervedosa Moraes
Coordenadora Executiva da Comissão de Igualdade Racial e Diversidade

São Luís, MA, 09 de julho de 2025.

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados de um levantamento realizado junto às 111 Zonas Eleitorais (ZEs) do Maranhão. O objetivo foi mapear a presença de comunidades tradicionais e étnicas – quilombolas, indígenas e ciganas – para compreender melhor sua distribuição geográfica e orientar o planejamento logístico eleitoral, as ações de inclusão e as campanhas de comunicação da Justiça Eleitoral no Estado.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O levantamento revela um mapa étnico rico e diversificado no Maranhão, exigindo estratégias distintas da Justiça Eleitoral para garantir o pleno exercício da cidadania. As principais conclusões por grupo são:

Comunidades Quilombolas: Apresentam a maior e mais concentrada presença, com 545 de mais de 700 comunidades (77% do total) mapeadas em apenas 10 Zonas Eleitorais. O principal desafio é logístico, envolvendo o acesso às urnas em territórios extensos e dispersos, principalmente na Baixada Maranhense e no litoral ocidental.

Comunidades Indígenas: Foram identificadas 169 comunidades em 20 Zonas Eleitorais, com forte concentração em algumas regiões, como Amarante, Viana e Zé Doca. Os desafios centrais incluem o acesso a locais remotos, barreiras linguísticas que exigem material bilíngue e a necessidade de protocolos de segurança em áreas de conflito.

Grupos Ciganos: Foram registradas ao menos 12 comunidades em 11 Zonas Eleitorais, mas o dado mais relevante é a profunda invisibilidade institucional do grupo. A grande lacuna de dados consolidados exige uma atuação proativa da Justiça Eleitoral para superar as barreiras de documentação e garantir o acesso ao voto.

RESULTADOS POR GRUPO ÉTNICO

Comunidades Quilombolas

Visão Geral:

Foram identificadas mais de 700 comunidades quilombolas oficialmente reconhecidas no Maranhão. O estudo revela que essas comunidades não estão distribuídas de forma homogênea pelo Estado.



Concentração Geográfica:

A grande maioria das comunidades (aproximadamente 545, ou 77% do total) está concentrada em apenas 10 das 111 Zonas Eleitorais. Essas zonas estão localizadas, predominantemente, na Baixada Maranhense e no litoral ocidental. As demais Zonas Eleitorais, em sua maioria, abrigam entre 1 e 15 comunidades.

Status de Certificação:

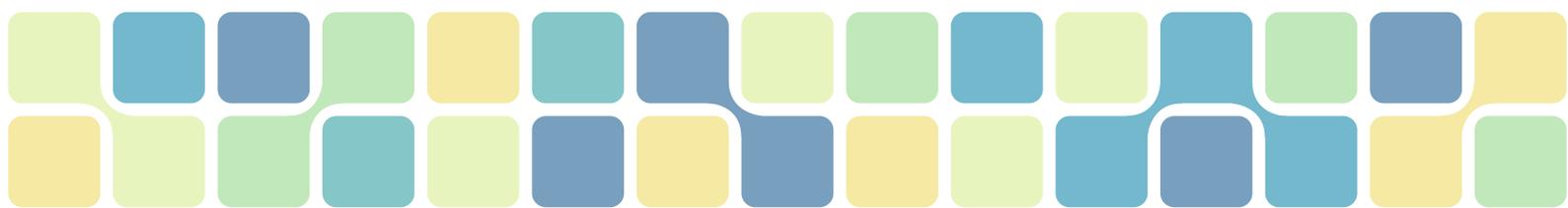
A maioria das comunidades listadas já possui certificação da Fundação Cultural Palmares. No entanto, o levantamento também identificou territórios em processo de certificação (como os citados na ZE de Rosário) ou aguardando a conclusão do processo. Isso indica que o número oficial de comunidades pode aumentar futuramente.

Implicações para a Justiça Eleitoral:

A dispersão de um grande número de comunidades em certas zonas, como Alcântara (110 comunidades), Viana (108) e Guimarães (82), representa um desafio logístico. Para garantir o pleno acesso dos eleitores às urnas, é fundamental planejar ações como a instalação de seções eleitorais móveis e a organização de transporte especial para eleitores.

Tabela: 10 Zonas Eleitorais com maior número de comunidades Quilombolas

Zona / Município-sede	N.º de comunidades	Observação rápida
52 – Alcântara	110	Maior território quilombola contínuo do país, na baixada litorânea
20 – Viana	108	Grande mosaico de povoados na baixada maranhense
30 – Guimarães / litoral ocidental	82	Envolve 4 municípios (Guimarães, Central do MA, Mirinzal, Cedral)
16 – Itapecuru Mirim	63	Abrange dezenas de povoados no vale do Itapecuru
111 – Bequimão / Peri Mirim	35	Comunidades ribeirinhas e de mangue
50 – Vargem Grande / Nina Rodrigues / Presidente Vargas	34	Vale do Itapecuru médio
18 – Rosário / Bacabeira / Santa Rita	33	Inclui territórios em diferentes estágios de certificação
38 – São Bento / Bacurituba / Palmeirândia	26	Estuário do rio Pericumã
109 – Itapecuru Mirim (outra ZE)	26	Segunda circunscrição do mesmo polo
24 – Brejo / Santa Quitéria / Milagres	25	Alto Munim e leste do Baixo Parnaíba



Comunidades Indígenas

Visão Geral:

Foram identificadas 169 comunidades indígenas distribuídas em 20 Zonas Eleitorais do Maranhão. O levantamento abrange uma ampla diversidade de etnias, como Guajajara, Krikati, Tremembé e Awá-Guajá, com provável presença de outros povos como Ka'apor e Tembé. A maioria das localidades é classificada como "aldeia", mas o registro de "povoados" com forte presença indígena (ex: Piçarreira e Claras, em Viana) sugere a existência de áreas em processo de consolidação identitária ou de convivência intercultural.

Distribuição Geográfica:

A distribuição das comunidades não é uniforme. Há uma grande concentração nas Zonas Eleitorais de Amarante do Maranhão, Viana e Zé Doca, além da região central do estado. Algumas Zonas Eleitorais concentram um número expressivo de comunidades (chegando a mais de 90 em uma única ZE), enquanto outras registram poucas (de 1 a 5), como em Alto Alegre do Pindaré, Montes Altos e Formosa da Serra Negra. Essas comunidades estão majoritariamente situadas em áreas de floresta e na zona de transição entre o Cerrado e a Amazônia Legal.

Implicações para a Justiça Eleitoral:

O cenário identificado aponta para desafios e necessidades específicas que devem orientar a atuação da Justiça Eleitoral:

Logística de acesso: Muitas aldeias estão em áreas de mata fechada ou de difícil acesso, o que exige um planejamento logístico complexo, incluindo transporte fluvial, aéreo ou terrestre por estradas vicinais. Informações como a distância da sede municipal (ex: "18 km da sede" em Montes Altos) são valiosas para organizar o transporte de urnas e eleitores.

Necessidades culturais e linguísticas: É fundamental considerar as barreiras linguísticas, com a possível necessidade de apoio de intérpretes e materiais bilíngues, especialmente para povos como os Awá e Tremembé. Recomenda-se também a promoção de ações de formação política e cidadã que sejam culturalmente adequadas à realidade indígena.

Segurança e protocolos especiais: A presença de comunidades em áreas de conflito fundiário ou de isolamento requer a elaboração de protocolos de atuação diferenciados para garantir a segurança de eleitores e servidores da Justiça Eleitoral.

Qualidade e padronização dos dados: Foi identificada uma falta de padronização nos dados, com entradas genéricas ou duplicadas (ex: "Aldeinha", "Nova"). Isso aponta para a necessidade de um trabalho contínuo de atualização e validação dos dados em parceria com a Funai e as organizações indígenas locais para garantir a precisão do mapeamento

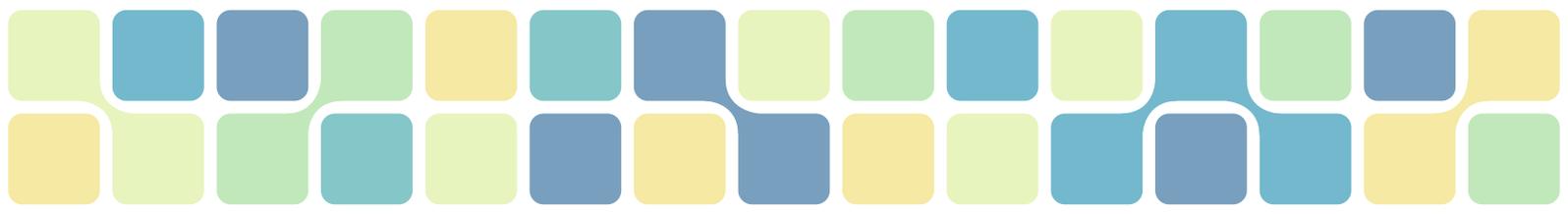


Tabela: Principais Zonas Eleitorais com presença indígena

Zona / Municípios atendidos	N.º de comunidades	Destaque
99 – Amarante do Maranhão	91	Maior concentração, com dezenas de aldeias Guajajara na Terra Indígena Araribóia
20 – Viana e Cajari	17	Diversidade de aldeias em povoados rurais, principalmente em Viana
78 – Bom Jardim e São João do Caru	11	Aldeias Awá-Guajá e diversas em Bom Jardim
97 – Fernando Falcão e Jenipapo dos Vieiras	11	Aldeias Guajajara, inclusive a emblemática Aldeia Porquinhos
23 – Barra do Corda	13	Região historicamente indígena, com múltiplas aldeias reconhecidas
96 – Zé Doca e Araguañã	8	Aldeias Guajá e Guajajara em região de conflitos fundiários

Grupos Ciganos

Visão Geral:

O levantamento registrou ao menos 12 comunidades ciganas distribuídas em 11 Zonas Eleitorais. No entanto, o achado mais significativo é a profunda lacuna de informações e a ausência de dados sistematizados. Isso revela a invisibilidade histórica do grupo e exige uma atuação proativa da Justiça Eleitoral para superar os desafios institucionais de identificação e garantir a inclusão cidadã.

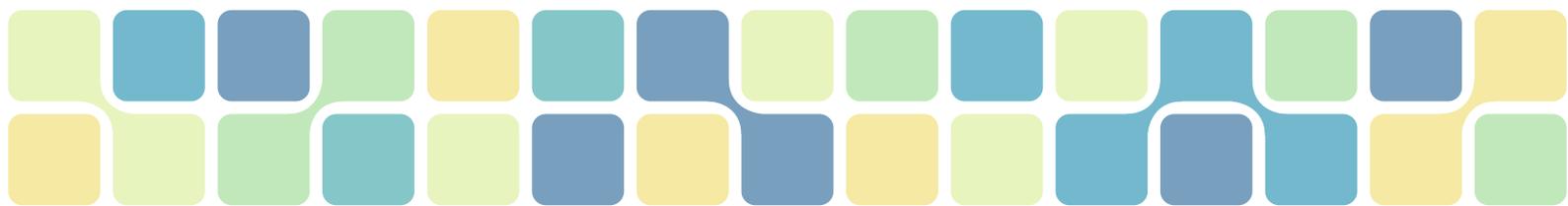
Distribuição e contexto:

A única etnia explicitamente citada no levantamento foi a Calon, em Miranda do Norte. A dispersão geográfica das famílias ciganas, tanto em áreas urbanas quanto rurais, dificulta a categorização tradicional por "comunidade fixa". Frequentemente, essas famílias estão inseridas em bairros periféricos, convivendo com a ausência de políticas públicas direcionadas. As Zonas Eleitorais 73 e 109, por exemplo, destacaram a dificuldade em obter informações precisas, reforçando a fragilidade dos registros oficiais.

Implicações para a Justiça Eleitoral:

Os desafios para garantir os direitos políticos da população cigana são marcados pela invisibilidade e pela vulnerabilidade:

Invisibilidade institucional e estatística: A baixa quantidade de registros demonstra que os grupos ciganos permanecem amplamente ausentes do planejamento institucional. A Justiça Eleitoral precisa buscar ativamente esses dados.



Desafios de articulação e contato: O contato com as comunidades muitas vezes depende de intermediários (lideranças locais, prefeituras), o que reforça a necessidade de criar canais de diálogo direto e parcerias estratégicas.

Barreiras ao exercício do voto: A vulnerabilidade social e a itinerância de algumas famílias criam obstáculos significativos para a regularização do título de eleitor e para o comparecimento às urnas.

Impedimentos ao planejamento logístico: A falta de localização precisa das comunidades impede o planejamento de seções eleitorais próximas ou de ações de mobilização.

Tabela: Zonas Eleitorais com presença Cigana identificada

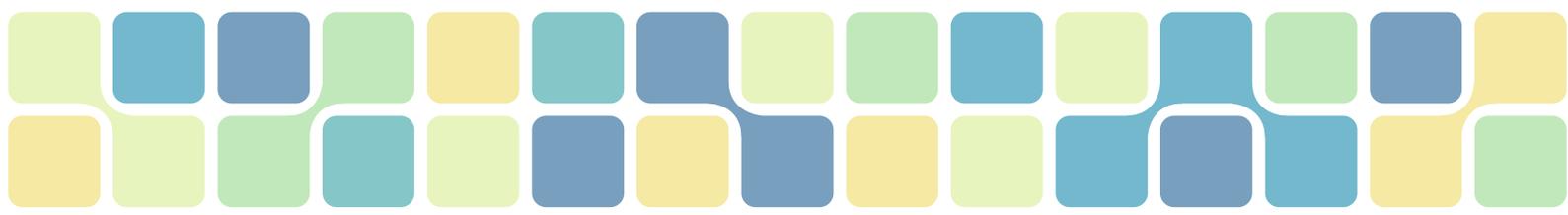
Zona / Municípios	Comunidade cigana identificada	Quantidade
005 – Aldeias Altas	Bairros Seca Litro, Rita Reis, São Francisco, Greenville	4
83 – Santa Helena / Turilândia	Bairro Boa Esperança (Santa Helena), Bairro Tucum (Turilândia)	2
11 – Alto Parnaíba	Bairro Santa Cruz	1
21 – Barão de Grajaú	Bairro Vereda Grande	1
4 – Caxias	Bairro Vila Arias	1
14 – Cururupu	Bairro Brasília	1
47 – São José de Ribamar	Bairro Jussara	1
58 – Senador La Roque	Povoado Boca da Mata	1
73 – Urbano Santos	Centro da cidade (sem especificação)	?
109 – Miranda do Norte	Famílias Calon no centro da cidade (sem endereço definido)	?

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

O mapeamento confirma que o Maranhão possui uma rica diversidade étnica, com necessidades distintas que exigem uma atuação multifacetada da Justiça Eleitoral. Um planejamento padronizado é insuficiente para garantir o direito ao voto de forma equânime.

Com base nos dados, recomenda-se:

Planejamento Logístico Diferenciado: Desenvolver planos de ação para as Zonas Eleitorais com alta concentração de comunidades quilombolas e indígenas, prevendo seções móveis,



transporte especial e urnas em locais estratégicos.

Ações de Inclusão e Cidadania:

Para Grupos Ciganos: Liderar campanhas proativas de documentação e regularização do título de eleitor, em parceria com a Defensoria Pública e secretarias de assistência social.

Para Povos Indígenas: Promover ações de formação política e cidadã culturalmente adequadas, com materiais bilíngues e em articulação com lideranças.

Ação Jovem: Direcionar através das Zonas Eleitorais programas como o "Voto Jovem na Escola" para instituições de ensino com alta presença de jovens quilombolas, indígenas e ciganos, fortalecendo a relação entre identidade étnica e cidadania.

Articulação interinstitucional estratégica: Fortalecer e formalizar parcerias com FUNAI, Fundação Cultural Palmares, Federação Nacional Cigana, Ministério dos Direitos Humanos e secretarias estaduais e municipais para criar um fluxo contínuo de dados e otimizar ações conjuntas.

Capacitação contínua: Promover a formação de magistrados, servidores e mesários sobre a diversidade étnica do Maranhão e os protocolos específicos de atendimento, garantindo um tratamento digno e adequado a todos os eleitores.

Criação de um Núcleo de Inclusão: Instituir um grupo de trabalho permanente para atualizar este mapeamento regularmente e propor políticas de inclusão, transformando os dados deste relatório em ações contínuas.

